



CAROS (AS) LEITORES (AS),

Com o objetivo de discutir temas relacionados à sustentabilidade que afetam o dia a dia dos bancos e seus stakeholders, a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos deu início, em 2007, a uma série de cafés da manhã denominada Café com Sustentabilidade. São convidados para os eventos representantes dos bancos associados, de organizações sociais e governamentais, federações, empresas de consultoria, escritórios de advocacia e formadores de opinião.

A FEBRABAN tem, com essa iniciativa, contribuído para a convergência de objetivos no setor, promovendo a reflexão crítica e qualificada sobre práticas sustentáveis.

Essa publicação tem o papel de disseminar e multiplicar conhecimentos e experiências. A seguir, você conhecerá o conteúdo apresentado e debatido em 19 de setembro de 2011, durante o 24º Café com Sustentabilidade.

O encontro também pode ser conferido em vídeo no site da FEBRABAN (www.febraban.org.br).

Boa leitura!

Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - FEBRABAN





POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS



Em agosto de 2011, fez um ano que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi sancionada (Lei 12.305). Analisar os impactos, avanços, gargalos e desafios que essa política vem apresentando foi o objetivo do 24º Café com Sustentabilidade.

Os debatedores convidados foram:

- **ELISABETH GRIMBERG**

Sócia-fundadora do Instituto Pólis, onde coordena a área Ambiente Urbano. Atua desde 1998 com questões relacionadas à gestão socioambiental sustentável de resíduos sólidos em âmbito nacional e local. Coordena ainda o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e integra a coordenação da Coalizão Nacional Contra a Incineração de Lixo.

- **ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA**

Diretor-executivo do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem) desde 1998. É também coordenador do Subcomitê de Rotulagem Ambiental do ABNT-CB38 (Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas), conselheiro do COSEMA – Conselho Superior de Meio Ambiente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e diretor executivo da GARSD – Global Alliance for *Recycling and Sustainable Development*.



ABERTURA

"Como nós, bancos, sociedade e parceiros, incluímos em nossas pautas questões como a economia sustentável e o meio ambiente? Ou as questões sociais ligadas à economia sustentável? E como aproveitar as novas oportunidades de negócios que estão surgindo e surgirão relacionadas a esse tema?"

Com essas indagações, Mário Sérgio Vasconcelos, diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, iniciou o evento lembrando que o Café com Sustentabilidade vem buscando essas respostas. "E, assim, vem construindo uma cultura diferente dentro dos bancos, ao mostrar ativamente as oportunidades da economia sustentável no dia a dia dos nossos negócios".

Vasconcelos agradeceu ao público e, após chamar os convidados ao palco, seguiu-se a mesa redonda.

MÁRIO SÉRGIO VASCONCELOS



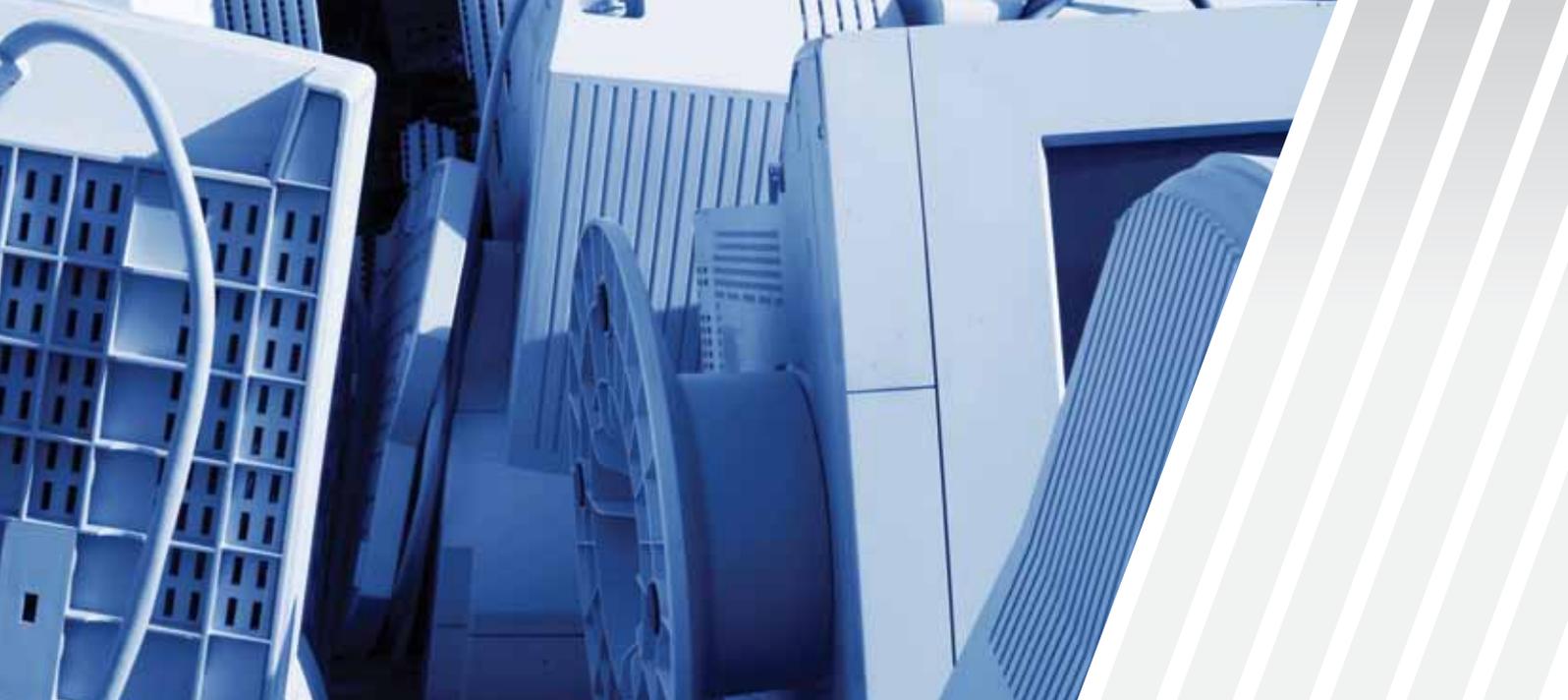


ELISABETH GRIMBERG

MESA REDONDA

Elisabeth Grimberg iniciou a conversa lembrando que a Política Nacional de Resíduos Sólidos levou mais de vinte anos para ser aprovada.

"Foram muitos embates públicos até se alcançar o desenho de uma política que é um grande avanço para o País", completou.



Precaução

A nova lei confere ênfase à questão da precaução, da não geração de resíduos e aos “3R’s” – reduzir, reutilizar, reciclar. “Hoje é urgente que se trabalhe essa perspectiva.”

O problema da incineração de resíduos, de acordo com Elisabeth, é uma questão grave de saúde pública e ambiental. “Alternativas a essa prática precisam ser discutidas com urgência. A liberação dos gases desse processo é altamente tóxica, com um grau elevado de contaminação da saúde humana e do meio ambiente.”

Sobre redução de resíduos, ela chamou a atenção para a importância de se discutir com os setores produtivos a questão dos bens duráveis, que hoje já não obedecem mais a esse conceito. “Até pouco tempo, os eletroeletrônicos duravam em média vinte anos – e ainda eram passíveis de condicionamento e conserto. Atualmente, se uma impressora quebra, por exemplo, compra-se outra. Precisamos voltar a discutir sob o ponto de vista da ecologia industrial. Para falar com seriedade sobre sustentabilidade, não podemos aceitar que o nosso cotidiano esteja inundado de objetos com tempo programado, ou seja, para funcionar com curta vida útil.”

Segundo Elisabeth, a análise e avaliação de ciclo de vida do produto saíram da categoria de instrumento e passaram a ser mais um dos objetivos na nova lei, o que impede que se desenvolvam diretrizes, estratégias e metas para serem efetivamente aplicadas.

Logística Reversa

Um aspecto que Elisabeth avaliou como grande avanço na lei é o que obriga os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes a estruturar e implementar sistemas de logística reversa – coleta seletiva e destinação adequada para a cadeia de reciclagem – mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor. Isso se daria de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

"Para além desses produtos enunciados no artigo 33 da lei, há em seguida um parágrafo que prevê que também estarão sujeitos à logística reversa os resíduos urbanos domiciliares, ou seja, o setor privado é responsável pelo custeio da coleta seletiva e triagem dos 40% dos resíduos secos domiciliares, outro grande avanço. A questão, que ainda não está na mesa de debate é: qual será o modelo de gerenciamento a ser adotado no Brasil? Grandes multinacionais que operam aqui são obrigadas a usar esses métodos em vários países da Europa há muitos anos, portanto os modelos já existem."





Catadores integrados

Os setores empresariais, de acordo com Elisabeth, deverão procurar uma adequação para operar esses modelos no País, já que temos algumas peculiaridades como a presença de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. É necessário, portanto, reconhecer o valor do trabalho que fazem há mais de 60 anos e promover sua integração nessa cadeia, de forma remunerada. Neste sentido, tem-se um terceiro ponto de avanço da lei que são 11 referências à participação e integração dos catadores e suas cooperativas no sistema de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis.

"As prefeituras deverão coordenar a implantação de todo o sistema da logística reversa, coletar seletivamente os resíduos úmidos e destinar para compostagem e/ou biodigestão. Já o setor empresarial deverá assumir o custo da coleta seletiva dos secos e promover a estruturação das associações e cooperativas de catadores, bem como organizá-las, capacitá-las e remunerá-las pelos serviços – além de pagar um preço justo na comercialização dos recicláveis."

"É importante a integração e valorização desse seguimento, no mercado há mais de cinquenta anos e responsável por 80% da matéria prima pós-consumo que chega à indústria da reciclagem. 2014 é o prazo para que só rejeitos cheguem aos aterros. Ainda haverá muito que fazer depois disso. Mas esperamos que em quinze anos, tenhamos mudado o patamar de destinação de resíduos e de gestão nos 5.564 municípios brasileiros."

Lixões



Elisabeth apontou ainda para o grande desafio que as prefeituras enfrentam e enfrentarão em relação aos chamados lixões. “Cinquenta ou sessenta por cento dos resíduos gerados vão para os lixões dos municípios. Esse número fala por si. Está previsto na lei e no plano plurianual que o orçamento geral da união destinará 9.200.000.000 de reais para colocar em marcha a mudança de realidade da coleta, destinação e tratamento de resíduos.”

“O fato é que o Ministério do Meio Ambiente já destinou muito dinheiro público para as prefeituras resolverem o problema, construindo aterros etc. Quando se vê, parte dos aterros voltaram a ser lixões. Para além da malversação de verbas públicas, há a falta de condições institucionais, de gerenciamento, de competência técnica nessa área. A ideia é que o poder público coordene a gestão desses projetos com planos e modelos a serem geridos pelo setor empresarial.”

De acordo com Elisabeth, o desafio é o poder público, junto com o setor privado, coordenar a implantação da logística reversa (só operar se remunerada pelo setor privado, conforme estabelecido no § 7º do Art. 33.) dos 5.564 municípios. Desses, cerca de 4 mil são pequenas cidades, onde se destacam os maiores problemas com os lixões.

“Há muito incentivo por parte do Ministério do Meio Ambiente para estimular a gestão consorciada dos resíduos. Isso gera escala, gera agilidade institucional, permite um salto de qualidade na apropriação e gestão dos recursos, além de agilizar e estruturar os polos de reciclagem, com a inclusão das cooperativas e associações de catadores.”

Setor Bancário

As instituições financeiras podem contribuir no financiamento da estruturação da rede de cooperativas de catadores, sugere Elisabeth.

“Vejo uma oportunidade para os bancos em colaborar - 'a fundo ganho', não a fundo perdido, como se costuma dizer - para estruturar esse setor.”

Outra possibilidade de colaborar, de acordo com ela, seria os bancos destinar todos seus resíduos de papel para as cooperativas de catadores. “Isso tem um valor inestimável. É um item importante para compor a remuneração desses trabalhadores, lembrando que a lei prevê remuneração para o trabalho das cooperativas.”



Queima de resíduos

Ao encerrar sua explanação, Elisabeth alertou para o problema da incineração de resíduos.

“É preciso breicar essa corrida para a queima. Espero que instituições públicas, como o BNDES, e os bancos privados tenham critérios rigorosos a fim de não financiarem esse tipo de investimento. Nós temos espaço e tecnologia para o processo de compostagem ou biodigestão (dos resíduos úmidos) e reciclagem (dos resíduos secos). Todos nós queremos viver o máximo de tempo, mas com saúde.”



ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA

Rio 92

Andre Vilhena iniciou sua exposição remetendo à II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, conhecida mundialmente como Rio 92, a maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade. Com a presença de cerca de 120 governantes de países, buscava-se soluções para o desenvolvimento sustentável das populações mais carentes do planeta.

"Foi quando surgiu o CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), uma ONG fundada por empresas do setor privado. Ou seja, já há vinte anos, algumas empresas privadas assumiam a sua parte da responsabilidade e entendiam que era necessário contribuir com a sociedade na gestão de resíduos."

Além do conceito dos 'três erres', mencionado pela Elisabeth, Vilhena explicou que muitos projetos concretos nasceram na Rio 92, como o ISO 14.000 [normas desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO) e que estabelecem diretrizes sobre gestão ambiental dentro de empresas] e a Agenda 21 [documento que estabeleceu a importância do comprometimento dos países com a reflexão sobre como governos, empresas, organizações não governamentais e a sociedade poderiam cooperar na busca de soluções para os problemas socioambientais], entre outros.



Peculiaridades

Segundo Vilhena, um dos grandes desafios do CEMPRE, desde sua origem, era como desenvolver a gestão de resíduos no País respeitando suas peculiaridades e características. Ao longo desses 20 anos, outros CEMPRES foram fundados em outros países, sempre respeitando as particularidades locais.

"A forma como é tratada a coleta seletiva do nosso resíduo doméstico é um exemplo peculiar nacional. Há muitos anos o Brasil trata o resíduo doméstico de forma proativa. Hoje é referência internacional em coleta seletiva, incluindo o componente social."

"Uma das grandes contribuições do CEMPRE foi conseguir colocar em prática o conceito de Triple Bottom Line, o Tripé da Sustentabilidade, que envolve as esferas econômica, ambiental e social."



Empreendedorismo e Inclusão Social

Há pouco menos de vinte anos, lembrou Vilhena, havia apenas duas cooperativas de catadores no Brasil: uma em Belo Horizonte e outra em São Paulo. O CEMPRE decidiu, então, replicar essa experiência por todo o País. “Trabalhamos muito nesse sentido ao longo desses anos e conseguimos um avanço na inclusão social.”

Vilhena alertou, porém, para um problema social iminente: com o fechamento dos lixões, previstos para até 2014, uma grande massa de trabalhadores sem qualificação, que depende desses lixões para subsistência, estará sem trabalho.

“O desafio será inserir essas pessoas na sociedade. Hoje temos vários exemplos de catadores que saíram de condições degradantes e se tornaram empreendedores, de algumas cooperativas que se transformaram em empresas. Nem todo mundo empreenderá, mas podemos achar empreendedores onde menos esperamos. Inclusive nos lixões.”

“Essa experiência do CEMPRE é um case de sucesso do setor empresarial em nível internacional, inspirando vários países com as mesmas dificuldades que nós temos: desigualdade social, necessidade de gerar postos de trabalho para uma vasta população excluída etc.”

Dessa forma, completou Vilhena, esse trabalho patrocinado por empresas do setor privado ajudou na definição da própria política de resíduos no Brasil, incorporando a questão social.



Consumidor Responsável

Há um ponto que ainda precisa ser trabalhado na cadeia de reciclagem, de acordo com Vilhena: o papel do consumidor no processo de emissão e coleta de resíduos. Culturalmente, a maior parte da população espera que a responsabilidade pela reciclagem de um produto seja das empresas e dos órgãos públicos. "Nós ainda não vencemos uma etapa nesse processo, que é a participação do consumidor. Hoje a logística reversa já é praticada por empresas na área de eletroeletrônicos, por exemplo. Basta optar por um fabricante que ofereça essa condição. Esses fabricantes, através dos seus manuais e SACs, orientam o consumidor sobre como devolver o produto usado para reciclagem."

"Não há, por parte das companhias mais proativas, nenhuma resistência em relação à sua responsabilidade. O problema é que, por ano, no máximo seis notebooks voltam para elas, porque não está no hábito da população fazer essa devolução. É um processo lento de transformação e conscientização."

Setor Bancário e a Responsabilidade Compartilhada

Em função da renovação constante dos produtos eletroeletrônicos, uma das preocupações do setor bancário, como consumidor, é com o descarte do resíduo eletrônico. Vilhena apontou para uma solução: a orientação aos bancos é que, no momento da compra desses materiais (desde uma lâmpada, até um telefone celular ou computador), inclua no contrato o serviço de retirada e reciclagem desses equipamentos.

"Hoje há exemplos em todo Brasil de como exercer a responsabilidade compartilhada. Precisamos do investimento do setor privado, criando oportunidades e mecanismos para que a logística reversa aconteça com viabilidade econômica."

Vilhena considera que há várias oportunidades de investimento do setor bancário em todo o processo de gestão de resíduos. Mas há de se ter critérios na hora de investir. "Não adianta copiar um plano de negócios para uma recicladora de geladeira que funciona na Finlândia, que provavelmente não funcionará aqui. Precisamos entender as peculiaridades e fazer os planos de negócios ajustados às realidades regionais."

Para encerrar, Vilhena lembrou que hoje o Brasil é uma das lideranças na área ambiental.

"Sabemos o que precisamos fazer. Mas entendemos que, dadas as diversas realidades que temos em vários aspectos da sociedade, a velocidade, na prática, pode não ser aquela que vemos na teoria. Mas certamente chegaremos lá se entendermos como funcionam as engrenagens do País."



Alípio Labão, economista, consultor da CCC Gestão Financeira

“Como resolver o grave problema social que o Brasil enfrenta se os catadores de resíduos não forem os protagonistas nesse processo? Em segundo lugar, o que se espera que o mercado financeiro, os bancos e a FEBRABAN façam para se ter uma proposta mais concreta nesse setor?”



Elisabeth Grimberg

“Os catadores já estão inseridos na cadeia produtiva por meio das cooperativas. Minha sugestão é que o setor empresarial converse com essas cooperativas para detectar suas carências e estruturar programas. Quanto aos bancos, eles podem atuar em duas frentes em relação aos catadores organizados: na destinação de resíduos para as cooperativas e na abertura de financiamentos que tragam recursos para a sua estruturação.”



André Teixeira de Vilhena

“Existem vários níveis de amadurecimento dos catadores. Se de um lado temos cooperativas fazendo contratos com grandes empresas, e outras partindo para um processo industrial; de outro lado estamos formando cooperativas com pessoas que estão saindo do lixão agora. Temos que entender essa diversidade para bolarmos estratégias que incorporem todos.”

Fabio Santiago, economista

“Eu represento uma empresa alemã e suíça que valoriza o resíduo orgânico para geração de biogás. Nossa parte do negócio é o resíduo orgânico, mas para chegar nele, passamos pela reciclagem da parte seca. Nós precisamos de resíduo orgânico em escala industrial para gerar energia viável, econômica e limpa. A grande dificuldade que enfrentamos no Brasil é que os caminhões de coleta, quando não há separação do lixo, vêm com o resíduo contaminado. Os donos de aterro preferem contratar profissionais em regime CLT que contratar cooperativas, pois assim têm maior controle do processo. Gostaria de saber se há algum elemento na PNRS que trate essa questão. Como inserir os catadores numa escala industrial?”

Vilhena

“As cooperativas se apresentam como candidatas a fazer o recolhimento da fração seca. Para ganhar escala e atender a indústria, elas devem se organizar em redes, como é o caso de São Paulo, Rio e Bahia. Isso é uma tendência. Já a fração orgânica entrará na coleta municipal e será destinada a um local para a compostagem ou reaproveitamento do biogás. Nesse caso, salvo exceções, o catador não entra no processo.”

Elisabeth

“A questão é: de quem será a responsabilidade da coleta da fração seca dos 5.564 municípios? Na Europa, as grandes empresas já assumem essa responsabilidade e a perspectiva é que isso se implante no Brasil. Está previsto no plano que até 2031, 70% do resíduo gerado terá que ser coletado separadamente.”

Nathália Monéa, representante do Rabobank

“Os produtores rurais têm muitas dificuldades para tratar os resíduos. Muitos deles queimam ou enterram em reserva legal. Gostaria de saber se vocês vêem alguma solução ou plano que faça esses movimentos de sustentabilidade chegarem ao campo.”

Vilhena

“Não se pode queimar, enterrar, nem jogar em reserva legal. Hoje já existem mecanismos para os estados fazerem o devido acompanhamento e aplicar punições. O fato de estar afastado não exime a responsabilidade do produtor de fazer a correta gestão do resíduo. Uma solução seria a melhoria das condições de logística com a expansão do pólo reciclador. Um dos pontos cruciais da política nacional de resíduos, que está em discussão, é a criação de incentivos econômicos para promover uma interiorização da indústria recicladora.”

Elisabeth

“A propósito, uma sugestão para a FEBRABAN seria promover uma campanha para a retirada de pilhas da floresta Amazônica. Já fizeram uma ação e retiraram 270 toneladas de pilhas da floresta. Os bancos patrocinarem e estruturarem uma campanha assim traria um grande benefício ambiental.”

ENCERRAMENTO

Linda Murasawa, diretora setorial adjunta da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN e madrinha do 24º Café com Sustentabilidade, agradeceu aos convidados lembrando que esse e outros diálogos podem trazer ao setor financeiro um papel importante na ação e incentivo de novos modelos de negócios na área ambiental.

"É um momento de transição. A PNDR traz uma série de riscos e oportunidades. Hoje tivemos uma pequena idéia do desafio que nos espera e de como os bancos podem estimular investimentos nesse segmento. O setor financeiro sabe o quanto é importante nessa cadeia como um todo."





DEPOIMENTOS

“O evento sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi bastante oportuno, pois esclareceu os principais impactos desta lei na sociedade, bem como alertou que há muito a ser feito. Destaca-se a logística reversa, que exige responsabilidade compartilhada, com a integração e participação do empresariado, governo e cidadãos.”

Marina Onuma

Analista de Sustentabilidade da Serasa Experian

“O evento proporcionou uma visão bastante abrangente e atual do desafio que o Brasil tem em matéria de gestão de resíduos e o seu eficiente aproveitamento. As instituições financeiras têm papel fundamental no desenvolvimento das metas colocadas pela PNRS, não só através da implementação de programas para seu público interno, mas também por meio da criação de linhas de financiamento de longo prazo. Assim, incentivariam o setor privado a investir, desenvolver e profissionalizar uma atividade que é rentável, pouco volátil, de longo prazo e, por si só, sustentável em termos sociais e ambientais.”

Miguel Pinho

CEO do Arwen Group

CRÉDITOS

Redação

Luana Raggio

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos

Projeto Gráfico

Felici Design Estratégico

Fotos

Rafael Rezende



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE
FEBRABAN

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1485, 15º ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

WWW.FEBRABAN.ORG.BR